



**EMBAIXADA DE ANGOLA**

**LISBOA-PORTUGAL**

**SERVIÇOS DE IMPRENSA**

**RESENHA DE IMPRENSA  
ANGOLANA**

**28 de Maio 2021**

## **João Lourenço recebe mensagem do líder do conselho de transição do tchad**

Luanda - O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, recebeu, nesta quinta-feira, uma mensagem do Presidente do Conselho Militar de Transição do Tchad, Mahamat Idriss Deby.

A missiva foi entregue por Ahmed Kogri, enviado especial do líder do Conselho Militar de Transição do Tchad, estrutura que dirige aquele país africano desde a morte do Presidente Idriss Deby Itno, em Abril último.

No final da audiência, Ahmed Kogri não prestou declarações à imprensa. O Chefe de Estado angolano preside a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), e tem sido informado com regularidade sobre a situação daquele país membro da organização.

A situação no Tchad agudizou-se no final de Abril, na sequência da morte do Presidente reeleito Idriss Déby Itno, que não resistiu aos ferimentos contraídos em combate contra as forças opositoras armadas, no Norte do país.

Idriss Déby Itno morreu um dia depois de ter sido declarado vencedor das eleições presidenciais de 11 de Abril. Devido à esta situação, um Conselho Militar de Transição assumiu a gestão dos assuntos do país e, 2 de Maio criou um governo de transição que deverá conduzir o país até à realização de novas eleições, nos próximos 18 meses.

O Tchad é assolado por uma guerra civil desde Dezembro de 2005. O conflito envolve as forças governamentais e vários grupos armados. (ANGOP)++++

## **PR cria comissão para comemoração do centenário de Agostinho Neto**

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, criou esta quinta-feira uma Comissão Interministerial para a organização das actividades alusivas ao centésimo aniversário natalício do Fundador da Nação angolana, António Agostinho Neto.

Uma nota da Casa Civil do Presidente da República a que a ANGOP teve acesso refere que a Comissão tem como objectivo organizar os preparativos para uma comemoração condigna dessa efeméride.

Acrescenta que a Comissão integra os ministros de Estado e chefes das Casas Civil e Militar do Presidente da República, respectivamente, como coordenador e coordenador-adjunto, bem como os responsáveis pelos pelouros da Administração do Território, Defesa Nacional e Veteranos da Pátria, Interior e das Relações Exteriores.

Fazem também parte da mesma os ministros das Finanças, dos Transportes, da Educação, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, da Juventude e Desportos e da Cultura, Turismo e Ambiente.

Os governadores provinciais, o director do Cerimonial do Presidente da República, o presidente do Conselho de Administração do Memorial António Agostinho Neto e um representante da Fundação António Agostinho Neto integram, igualmente, a Comissão.

São atribuições da Comissão a elaboração de um cronograma de acções comemorativas alusivas aos 100 anos do Fundador da Nação, a apresentação de uma proposta de orçamento para as celebrações, preparação e organização, bem como a coordenação, a nível interno e externo, das operações

necessárias para as comemorações. António Agostinho Neto nasceu aos 17 de Setembro de 1922, em Kaxicane (Icolo e Bengo), e faleceu a 10 de Setembro de 1979. Como primeiro Presidente de Angola, proclamou a independência do país do então jugo colonial português, a 11 de Novembro de 1975. (ANGOP)+++

## **Angola reitera apoio à luta do povo Palestiniano pela autodeterminação**

Luanda - Angola reiterou, esta quinta-feira, na 30ª sessão especial do Conselho dos Direitos Humanos em Genebra (Suíça), convocada para avaliar a situação nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, o seu apoio à luta deste povo pela autodeterminação.

Este apoio vem expresso numa nota da Missão Permanente de Angola junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça, que a ANGOP teve acesso esta quinta-feira.

No evento, que decorre no formato híbrido (presencial e virtual), o país registou com tristeza todas as violações dos Direitos Humanos Internacionais e do Direito Internacional Humanitário que têm sido relatadas no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, desde a recente escalada de violência sem precedentes.

Perante os membros do Conselho dos Direitos Humanos e dos seus Estados observadores, o país reiterou o seu apoio à luta do povo da Palestina para realizar o seu direito à autodeterminação, bem como todos os direitos humanos, incluindo os direitos políticos, económicos, sociais e culturais, tal como consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em todos os instrumentos internacionais relevantes em matéria de direitos humanos.

Neste contexto, o apoio o reiterado apelo ao fim imediato de todas as formas de violência, bem como instou a todos os interessados, directa ou indirectamente envolvidos, para redobram os esforços no sentido de permitir um diálogo construtivo e aberto para abordar adequadamente esta situação

crítica que assola a região. Na intervenção proferida na ocasião, reiterou o princípio da solução de dois Estados, como única via para uma solução de paz duradoura na região, porque só através de um diálogo pacífico e inclusivo entre as partes envolvidas, será possível alcançar a paz e a estabilidade. (ANGOL)++++

## **Governo entrega primeiras certidões de óbito às famílias das vítimas do conflito**

Luanda - O Governo angolano começou esta quinta-feira a entregar, formalmente, os primeiros certificados de óbito às famílias das vítimas dos conflitos armados, cuja entrega simbólica abrangeu três familiares de pessoas falecidas no 27 de Maio de 1977.

Este processo arrancou hoje (27) na província de Luanda com uma cerimónia sob o lema "Abraçar e Perdoar". Enquadra-se no programa da Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos, ocorridos no país entre 1975 e 2002. Vai decorrer em todo o país, de forma gratuita.

De acordo com às autoridades angolanas, o processo vai abranger, também, os cidadãos que perderam a vida em decorrência de outros conflitos políticos registados nos últimos 44 anos.

A esse respeito, o Presidente da República, João Lourenço, apresentou publicamente na quarta-feira (26), um pedido de desculpas públicas e perdão à Nação, pelos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, que vitimaram um número indeterminado de cidadãos.

### **Exumação e entrega de ossadas**

Na ocasião, deu a conhecer que o Executivo vai, nos próximos dias, dar início ao processo de localização dos restos mortais das vítimas do 27 de Maio de 1977, para a sua exumação e entrega aos familiares.

Dos restos mortais (ossadas) a serem localizados constam os nomes de Alves Bernardo Baptista (Nito Alves), Jacob João Caetano (Monstro Imortal), Ernesto Eduardo Gomes da Silva

(Bakalof), Sita Maria Dias Valles (Sita Valles), José Jacinto da Silva Vieira Dias Van-Dúnem (Zé Van-Dúnem), António Urbano de Castro (Urbano de Castro), David Gabriel José Ferreira (David Zé).

Constam, também, os nomes de Artur de Jesus Nunes (Artur Nunes), Pedro Fortunato, Arsénio José Lourenço Mesquita (Sianuk), António Lourenço Galiano da Silva, Domingos Ferreira de Barros (Sabata), bem como dos ex-militares da 9ª Brigada, do Destacamento Feminino e da então DISA.

Este processo abrange, igualmente, a entrega às respectivas famílias das ossadas de Jeremias Kalandula Chitunda, Elias Salupeto Pena e Adolosi Paulo Mango Alicerces, tombados em combate no conflito pós-eleitoral de 1992, na cidade de Luanda.

O Chefe de Estado pediu a compreensão de todos, para aqueles casos em que não for possível atingir este objectivo (localização das ossadas).

#### **Apelo a outros pedidos de desculpas**

No entender do Presidente João Lourenço, o Estado angolano abre, com essas iniciativas, uma nova página da sua História, tendo encorajado a todos os outros actores e participantes dos conflitos políticos a fazerem, igualmente, pedidos de desculpas.

Conforme o Presidente, o povo angolano já deu provas de saber perdoar e merece ouvir igualmente, de quem tem a responsabilidade de o fazer, um pedido público de desculpas e de perdão pelas almas de Tito Chingungi e de Wilson dos Santos (antigos dirigentes da UNITA), bem como das respectivas famílias.

O mesmo pedido, sublinhou, deve ser feito em memória das valentes mulheres das fogueiras da Jamba (antigo bastião da UNITA), dos passageiros do comboio do Zenza-do-Itombe, dos mártires das cidades do Cuito (Bié) e do Huambo, e de outros cidadãos não citados no seu discurso à Nação.

"Este povo heróico e generoso, que já deu provas de saber perdoar, merece ouvir igualmente, de quem tem a responsabilidade de o fazer, um pedido público de desculpas e de perdão pelas almas de Tito Chingungi, de Wilson dos Santos e respectivas famílias, das valentes mulheres das fogueiras da Jamba, dos passageiros do comboio do Zenza-do-Itombe, dos mártires das cidades do Cuito (Bié) e do Huambo, e de outros não citados aqui", ressaltou o Estadista angolano, em referência as outras tragédias ocorridas em Angola. (ANGOP)++++

## **MPLA em Luanda destaca mensagem do PR**

Luanda - O MPLA na província de Luanda considera um gesto nobre e corajoso, o pedido de desculpas à Nação do Presidente da República, João Lourenço, no âmbito da Comissão para a implementação do Plano de Reconciliação Nacional em Memoria das Vitimas dos Conflitos Políticos em Angola.

Estas palavras foram expressas nesta quinta-feira, no distrito urbano do Sequele, no município de Cacuaco, pelo Primeiro Secretário do partido, na capital do país, Bento Joaquim Sebastião Bento.

Falando para os militantes do seu partido, por ocasião da jornada de campo realizada desde a passada segunda-feira, naquela região de Luanda, o politico disse que o pedido de desculpas e perdão ao povo angolano e ás famílias face aos erros trágicos que historicamente foram cometidos ao longo desses anos, em particular ao processo de 27 de Maio, merecem uma ovação e homenagem.

De acordo com Bento Bento, só desta forma é que Angola vai aprofundar na reconciliação nacional, reconhecendo as falhas cometidas. "Gostaríamos na senda, que outras formações políticas e seus líderes tenham também a coragem de pedir desculpas à nação por tudo que fizeram.

Eles sabem de quem estamos a falar. Foram muitos erros, que só sabem apontar dedos deste lado. La também cometeram muitas atrocidades. Também devem pedir desculpas a nação e as

famílias" - salientou. Quanto ao périplo que vinha realizar desde a passada segunda-feira e interrompido hoje, devido ao passamento físico, por doença, do 1º secretário do comité do distrito urbano do Rangel, (Luanda), Francisco Domingos Naval, manifestou-se preocupado com a falta de água e energia junto das comunidades.

Apontou, entretanto, alguns cidadãos, que os considera de oportunistas que optam por outras práticas, como o desvio de condutas da água para os respectivos quintais e dos possuidores de "PTS", privando desta forma a população o acesso destes bens.

Informou, contudo, ter ordenado a administração municipal de Cacuaco no sentido de processar os autores destes crimes junto dos órgãos judiciais. O retorno a jornada de campo será feito após a realização das exéquias fúnebres do líder do MPLA no Rangel e membro do comité provincial. (ANGOP)++++

## **PGR tem dados sobre dinheiro apreendido na operação "caranguejo"**

Saurimo - O procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, adiantou, esta quinta-feira, que a instituição que dirige já tem dados sobre a proveniência do dinheiro apreendido na operação "Caranguejo".

"A Procuradoria-Geral da República tem quase a certeza que os valores foram retirados através do Orçamento Geral do Estado (OGE)", afirmou Hélder Pitta Gróz, em Saurimo, Lunda Sul.

No dia 24 do corrente mês, a Procuradoria-Geral da República (PGR) anunciou a apreensão de 10 milhões de dólares, 700 mil euros e vários milhares de kwanzas em posse de oficiais militares da Casa de Segurança do Presidente da República, numa operação designada "Caranguejo".

Um dos indivíduos arrolado neste processo é o chefe das finanças da banda musical do Presidente da República, major Pedro Lussaty, detido na semana passada na posse de várias

malas carregadas de milhares de dólares e euros e outros artigos valiosos.

### **Caso Cafunfu**

O procurador-geral da República, que em Saurimo, Lunda Sul, presidiu a 1ª reunião anual de balanço das actividades desenvolvidas pela PGR nas províncias da Lunda Sul, Lunda Norte e Moxico, confirmou que o processo dos agentes da polícia que assassinaram cidadãos no Cafunfu (município do Cuango), Lunda Norte, segue seus tramites.

Fez saber que o mesmo está a ser tratado e que a PGR já solicitou celeridade dos magistrados, de forma responsabilizar os presumíveis autores. O caso remonta de Fevereiro deste ano, quanto a Polícia Nacional frustrou, na Lunda Norte, um acto de rebelião armada, protagonizado pelo denominado "Movimento Protectorado Lunda Tchokwe".

A acção resultou na morte de seis dos atacantes e ferimento de dois oficiais das forças policiais. No mesmo dia, em comunicado, o Comando Provincial da Lunda Norte da Polícia Nacional deu conta que a "violenta manifestação", que ocorreu na vila de Cafunfu, município do Cuango (Lunda Norte), resultou, ainda, no ferimento de outros três insurrectos.

A rebelião aconteceu quando os manifestantes desta organização, sem estatuto legal, dirigiram-se às instalações da esquadra policial de Cafunfu, para a sua ocupação, com a pretensão de aposição de uma bandeira pertencente ao movimento. (ANGOP)+++

### **Formalização da economia informal inicia em junho no "mercado do 30"**

Luanda - A implementação do projecto-piloto de formalização da economia informal começa em Junho, no "Mercado do 30", município de Viana, Luanda, informou, hoje, o director Nacional do Gabinete de Políticas de População, Adriano Celso Borja.

Falando à imprensa no final de uma visita ao local, o responsável afirmou que a mesma permitiu constatar a dinâmica dessa praça, considerada abastecedor, e tomar a decisão definitiva de se lançar, no referido espaço comercial, a campanha de registo e formalização das actividades económicas e acomodar as brigadas móveis que vão executar o cadastro.

"Saímos daqui com a noção clara de como vamos montar as células em que actuarão as nossas brigadas, sobretudo às zonas de maior incidência de actividade económica, que serão prioridade para o processo de registo e, a seguir, o processo de formalização", esclareceu após a visita do grupo de técnicos da Unidade do Programa de Reconversão da economia informal.

No âmbito da campanha, no "Mercado do 30", serão instaladas nove brigadas, de seis pessoas cada, num total de 54 brigadistas que vão efectivar o registo, por meio de instrumentos tecnológicos apropriados e um conjunto de serviços administrativos, como o Guichê Único da Empresa, Direcção dos Registos e Notariados, Administração Geral Tributária e o Instituto Nacional de Segurança Social.

Projecto-piloto de formalização da economia informal, coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, vai iniciar com a fase de registo dos operadores e depois a formalização efectiva que inclui, para além da legalização dos documentos, a inclusão financeira e consequente regularização da actividade, contemplando aproximadamente dois milhões de operadores informais, a nível da província de Luanda. (ANGOP)++++

## Reconstituir a alma angolana para reformar em chão firme

O Presidente João Lourenço está determinado a escrever uma nova página na história de Angola, a fixar as balizas de uma nova Angola, e, por isso mesmo, a par do combate à corrupção, da reforma do Estado, tratou de consagrar o aniversário do 27 de Maio, este ano, como um momento ímpar para a reconstituição da alma angolana.

Quarta-feira, em véspera da data que assinala o aniversário da intentona golpista ocorrida a 27 de Maio de 1977 e dos trágicos acontecimentos que enlutaram o país naquela época, o Presidente João Lourenço apresentou, às vítimas dos conflitos e aos angolanos em geral, em nome do Estado angolano, desculpas públicas e o pedido de perdão "pelo grande mal que foram as execuções sumárias (ocorridas) naquela altura e naquelas circunstâncias".

A cerimónia realizada no Palácio Presidencial fica registada, no plano político e moral, como um momento de grande alcance; o da construção de um novo ponto de partida para uma Angola melhor, mais amadurecida e ciente das consequências dramáticas que os conflitos trazem para as pessoas, para as famílias, para a sociedade e para o país, no seu todo.

João Lourenço entendeu cedo que as grandes reformas que almeja concretizar não poderão ser profundas e genuínas se o país não estiver reconciliado consigo próprio, se não procurar sarar as feridas provocadas pelos vários conflitos que marcaram a sua existência desde a proclamação da Independência nacional.

Por isso, criou, por despacho presidencial de 16 de Maio de 2019, a Comissão para a Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP) ocorridos entre 11 de Novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002. Justificou a decisão como um "imperativo político e cívico do Estado", para "prestar condigna homenagem à memória de todos os cidadãos que tenham sido vítimas de actos de violência, resultantes dos conflitos políticos".

Defendeu ainda que o mecanismo criado cuidasse de "promover a auscultação e a realização de um diálogo convergente, no sentido de se assegurar a paz espiritual da sociedade, face a episódios do passado na convivência nacional que possam perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos".

Ainda em Maio de 2019 e por impulso presidencial, uma equipa multissectorial do Governo trabalhou com a UNITA para a exumação e transladação dos restos mortais do seu líder fundador, Jonas Savimbi, cujo funeral teve lugar a 1 de Junho do mesmo ano, na aldeia de Lopitanga, no município do Andulo, província do Bié, 17 anos depois da sua morte em combate no Lucusse (Moxico).

Ao instituir a CIVICOP, o Executivo não escondeu o alcance que pretendia imprimir ao seu trabalho. Ao apontar como âmbito da sua intervenção os conflitos políticos ocorridos de 11 de Novembro de 1975 a 4 de Abril de 2002, estava, desde logo, definida uma abrangência que não se circunscrevia aos conflitos internos no MPLA ou àqueles que tenham ocorrido debaixo da sua jurisdição enquanto força política no poder.

De resto, não fazia sentido que, enquanto Presidente da República, João Lourenço se comprometesse a levar o Estado a ocupar-se da reparação das almas de uns angolanos e de outros não.

Por isso, foi sem surpresa que vimos o Chefe de Estado fazer, na quarta-feira, um apelo para que "quem tem a responsabilidade de o fazer apresente também um pedido público

de desculpas e de perdão pelas almas de Tito Chingunji, de Wilson dos Santos e respectivas famílias, das valentes mulheres das fogueiras da Jamba, dos passageiros do comboio do Zenza do Itombe, dos mártires da cidade do Cuito (Bié) e do Huambo...". Um apelo que não caiu no gota da UNITA.

Eugénio Manuvakola, da UNITA, que encorajou a iniciativa do Presidente da República de dar início ao processo de localização das ossadas das vítimas do 27 de Maio e a entrega dos corpos dos dirigentes da sua formação política tombados em combate em 1992, em Luanda, foi de opinião que o Chefe de Estado devia "separar as responsabilidades".

Nota-se, da parte da UNITA, um certo complexo por não lhe couber a primazia da iniciativa, por não estar na dianteira e, com isso, poder ganhar alguns pontos no plano político, nomeadamente, mostrar à sociedade ser uma formação consciente dos seus erros, reconciliada consigo mesmo e pronta a inaugurar uma nova era, consentânea com as condutas que devem ser seguidas em tempo de paz e num contexto de valorização dos princípios da democracia, de respeito pelas liberdades de expressão e de opinião.

A verdade é que a UNITA teve tempo (de pedir desculpas e perdão) e não o fez. Continuou sempre a endeusar o seu ex-líder e a vender a propaganda de que a Jamba era o paraíso na terra, que as coisas lá corriam às mil maravilhas, quando na realidade foram cometidas atrocidades que, a bem da história, a bem da reconciliação nacional e da moralização do país, devem ser reconhecidas que ocorreram.

As famílias das vítimas estão à espera de ver o partido fundado por Jonas Savimbi retratar-se. Enquanto por cá se trabalha, uns quantos angolanos, principalmente lá fora, que entretanto se auto-excluíram, vão, no conforto das suas poltronas, fazendo o que é mais fácil: lançar farpas ao processo, desgostosos. Mas o comboio da história não pára! (J.A)++++

## **Informalidade absorve 80,8 por cento dos empregos**

A maioria da força de trabalho em Angola encontra-se empregada no sector informal, com 80,8 por cento (8.685.676 pessoas), de acordo com indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao quarto trimestre de 2020.

Os números apontam que a taxa de emprego informal é maior na zona rural que na urbana (93,3 por cento e 67,5) respectivamente, numa altura em que no sector não agrícola, na população com 15 ou mais anos, é de 59,9 por cento.

No geral, a taxa de emprego, no quarto trimestre de 2020 fixou-se nos 62,8 por cento (10.749.488 pessoas), tendo-se verificado um aumento de 5,2 por cento em relação ao trimestre anterior (59,7) e um aumento de 4,1 relativamente ao trimestre homólogo (60,3).

No quarto trimestre 79,4 por cento dos empregos são da área rural e 51,4 (urbana), apresentando uma diferença de 28 pontos percentuais superior no segmento rural. A população empregada aumentou 6,3 por cento relativamente ao trimestre anterior (mais 63.589 pessoas) e 8,3 em relação ao trimestre homólogo de 2019.

Mais de metade (56,1 por cento) da população empregada encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6.034.744 pessoas), seguido do comércio a grosso e a retalho com 19,4 por cento (2.087.546 pessoas). O sector que menos emprega é o de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria com 0,6 por cento (60.296 pessoas).

### **Desemprego**

A população desempregada foi estimada em 30,6 por cento (4.747.622 pessoas), valor inferior em 3,4 pontos percentuais em relação ao do trimestre anterior (34,0%) e inferior a 1,2 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo (31,8). Na área urbana 41,7 por cento.

A taxa de desemprego é cerca de três vezes superior à da área rural (15,6%), com uma diferença de 26,1 pontos

percentuais. Nos jovens entre 15 e 24 anos, situou-se em 55,3 por cento, não existindo diferença significativa entre homens e mulheres.

A população inactiva apreciou em 9,5 por cento (1.617.482 pessoas), sendo cerca de duas vezes mais elevada na área urbana (11,9 por cento) que na rural (5,9). A inactividade apresenta valores mais elevados nos grupos etários de 65 anos em diante, com 36,1 por cento, e jovens entre 15 e 24 anos, representando 15,3 por cento (grupo em que muitos jovens são ainda estudantes).

O Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018/2019, realizado pelo INE, apontava uma taxa de desemprego de 28,8 por cento, sendo para a área urbana (36,5) e a rural (16,2). No estudo, o INE divulgou que 72,6 por cento da força de trabalho em Angola que se encontra empregada, estava no sector informal.

### **Impacto da Covid-19**

As pessoas empregadas que estiveram ausentes do trabalho e auferiram salário, devido à Covid-19 foi estimada em 56.135 pessoas, o que representa cerca de 0,5 por cento da população empregada.

Dados do Banco de Fomento Angola (BFA) indicam que no quarto trimestre de 2020, o PIB angolano contraiu 5,4 por cento face ao período homólogo, uma ligeira melhoria face aos 6,2 por cento registado no terceiro trimestre de 2020.

Trata-se do sexto trimestre consecutivo de diminuição. A quebra foi particularmente significativa no sector petrolífero (-10,8 por cento), bem como no sector da construção, onde a actividade económica encolheu 41,5.

Disse que a experiência de vários países mostra que as abordagens ancoradas no diálogo social, com base no reforço de capacidades e no acesso a uma gama completa de recursos, bem como a adaptação dos sistemas de tributação, de financiamento e de segurança social aos desafios específicos enfrentados pelos actores da economia informal, "podem fazer da formalização uma

opção muito mais atraente com um impacto mais sustentável". Um estudo feito entre a SOAS Universidade de Londres em colaboração com a Universidade Agostinho Neto Angola, a Universidade Renmin de Beijing e a Ethiopian Economics Association, e divulgado em 2019, indica que o Congo, com 46,1 por cento, Namíbia (33,4), África do Sul (29), Angola (28,8) e Lesoto (27,2) lideram o ranking de países cujas taxas de desemprego são as mais elevadas em África, nos sectores da Indústria e da Construção Civil.

### **Governo desenha políticas para impulsionar empregabilidade**

O Executivo angolano assumiu como um dos eixos de actuação, a implementação de programas que visam o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social.

O Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) é, neste particular, um dos programas que se destaca, alinhado com as iniciativas do PRODESI e do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), cuja meta está inserida na estratégia nacional de redução dos níveis de informalidade.

A implementação do PAPE prevê, até este ano, um orçamento de mais de 21,7 mil milhões de kwanzas. A extensão do Plano dependerá dos recursos provenientes do OGE, do fundo do petróleo de acordo com o Decreto-Lei nº 17/09 de 26 de Junho sobre as regras e procedimentos a observar no recrutamento, integração, formação e desenvolvimento dos trabalhadores no sector petrolífero e de outras fontes de financiamento internas e externas.

No âmbito da formação profissional e criação de emprego, estima-se que o PAPE atinja 83.500 jovens, sendo 12 mil capacitados nos domínios do empreendedorismo e gestão de negócios, 15 mil em cursos de curta duração, 10 mil microcréditos concedidos e 42 mil kits profissionais distribuídos aos jovens em diferentes profissões (equipas de 3 a 5 profissionais podem beneficiar-se do leasing de kits de alto

custo). O Plano engloba ainda cerca de 3 mil jovens inseridos no mercado informal, através da reconversão de pequenas actividades geradoras de ocupação e renda e 1.500 formados no nível 3 e 4 de formação profissional, inseridos em programas de estágios profissionais.

Além disso, existe o compromisso da criação de cerca de 500 mil postos de trabalho, que deverão ser criados e absorvidos pelo sector produtivo da economia, e não pela administração pública como muitas vezes se afirma.

### **Alavancar a economia**

Na fundamentação da proposta do OGE de 2021, o Governo angolano espera que por via de programas como o PAPE, vise, na prática, não apenas imprimir maior qualidade na gestão das finanças públicas, como também procura dinamizar a actividade económica e permitir que o sector privado tenha progressivamente um papel activo em prol de um crescimento económico fortemente influenciado pela alavancagem do sector não petrolífero.

Com estes instrumentos, e depois de vários anos de crescimento económico negativo, as políticas propostas no OGE 2021 surgem como instrumentos para a consolidação da estabilidade macroeconómica e para o início da recuperação do crescimento económico, cuja materialização, em 2020, foi impedida devido aos efeitos negativos da pandemia da Covid - 19.

O documento aponta que o Executivo tem confiança que, com os passos e as medidas que têm sido implementadas será possível, nos próximos anos, garantir "mais qualidade de vida e melhores oportunidades para todos os cidadãos do nosso país".

### **Ambiente empresarial favorável reduz défice**

O professor universitário Eliseu Vunge disse que, os Governos têm a responsabilidade de liderar processos que visam proporcionar um ambiente favorável, para que as empresas possam ser sustentáveis, o que vai contribuir para a redução da informalidade da economia.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o especialista destaca que a vontade política, o compromisso, as estruturas e mecanismos de governação adequados, são essenciais para o desenvolvimento e combate ao desemprego.

Apesar de reconhecer que as iniciativas políticas actuais em todo o mundo estão condicionadas devido à pandemia da Covid-19, o economista defende um conjunto de abordagens multidimensionais adaptadas a contextos específicos de cada país.

Apesar disso, invoca a necessidade de se promoverem empregos formais, através de políticas macroeconómicas favoráveis e sectoriais, privilegiando especialmente o desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) sustentáveis.

"Reduzir o emprego informal, passa pela diminuição do custo de transição para a formalidade através da criação de um quadro regulamentar e estratégico propício que reduza as barreiras à formalização, protegendo os direitos dos trabalhadores e aumentando os benefícios da formalidade, promovendo maior consciencialização das vantagens e protecção que advêm com a formalização", revelou o também consultor financeiro.

Estas acções, apontou, devem abarcar também serviços para que as MPME tenham acesso ao mercado e recursos produtivos, programas de crédito e de formação, para melhorar as competências.

Face ao peso da informalidade na economia, principalmente em países como Angola, o especialista é de opinião que projectos como o PAPE, surgem como mecanismos para os jovens empreendam e criem o seu próprio negócio, junto da comunidade, empregando pessoas, o que por sua vez permitirá para que se possa cumprir com as obrigações de devolução do crédito concedido.

"O Executivo deve continuar empenhado na adopção de medidas para a melhoria do ambiente de negócio e de atracção de investimento", frisou. (J.A)++++

### **Pagamentos instantâneos são lançados em Outubro**

O sistema financeiro angolano conta, a partir de 1 de Outubro, com o primeiro serviço de pagamentos instantâneos e transferências monetárias por intermédio de terminais telefónicos, o qual vai ser provido pela operadora de telecomunicações móveis Unitel, anunciou, ontem, em Luanda, o administrador do BNA Pedro Castro e Silva.

As declarações foram proferidas à imprensa, no final da apresentação do 12º Estudo Anual de Tendências Tecnológicas 2021, um relatório da Deloitte consagrado ao impacto das tecnologias digitais na economia nacional nos próximos 12 meses.

Pedro Castro e Silva afirmou que a implementação dos pagamentos instantâneos está inserida nas estratégias adoptadas pelo BNA com base num estudo sobre os modelos de moeda digital disponíveis, com uma primeira etapa focada na percepção do conceito de moeda digital, dando lugar a uma fase de detalhe que vai permitir aferir a viabilidade da introdução de um modelo alinhado à realidade do país.

O estudo sobre a moeda digital, de acordo com Pedro Castro e Silva, tem conclusão prevista para o final do ano em curso ou o primeiro semestre de 2022, quando lança a solução que aglutina as que já coexistem no domínio das transferências instantâneas, também conhecidas por Mobile Money exclusivas de alguns bancos comerciais.

"O BNA, por intermédio da EMIS, pretende, com este programa, fazer a interligação de todos estes serviços, de modo a que seja possível transferir fundos entre as plataformas e-Kwanza (do Banco BAI) e o e-Kumbú (Banco Sol), e a Unitel, à semelhança daquilo que acontece com a banca, em que já se pode fazer transferência de um banco para o outro porque, detrás disso, existe uma infra-estrutura tecnológica que permite a

inter-operabilidade", disse. Pedro Castro e Silva sublinhou que, na fase inicial, os pagamentos instantâneos limitam-se a operações entre pessoas, permitindo transferir dinheiro para qualquer província, sem necessidade de uma conta bancária, desde que o indivíduo tenha aderido a um destes serviços, ao passo que, a partir de 2022, será possível efectuar pagamento de serviços como o de energia e todo o tipo de compras.

### **Tendências de curto prazo**

Uma das conclusões do Tech Trends 2021, como é originalmente designado o estudo, aponta para uma necessidade de maior aposta na formação de quadros nos domínios das tecnologias digitais como forma de superar os desafios impostos pela actual conjuntura económica internacional.

O partner da Deloitte António Veríssimo, considerou, na apresentação do relatório, que "a pandemia global teve um efeito disruptivo que forçou a adaptação de novos planos para o futuro, perante o facto de hoje se poder realizar durante semanas algo que só seria possível num ano".

Uma que, prosseguiu, "fez-nos sair da nossa zona de conforto, mas impulsionou mudanças importantes e as tendências com uma perspectiva mais promissora para o futuro", disse. O presidente da Deloitte Angola, José Barata, lembrou que a sobrevivência das empresas mundiais em tempos de pandemia e recessão económica está intrínseca à faculdade destas manterem-se produtivas com recurso aos meios tecnológicos.

O estudo da Deloitte revela que os efeitos da pandemia da Covid-19 levaram as organizações a optarem por medidas profiláticas que as "tornaram resilientes, mais fortalecidas, adaptadas às flutuações e a obstáculos que permitiram acelerar com determinação as transformações digitais que hoje regem a actividade económica".

"Em 2020 verificou-se uma forte expansão digital, assim como uma premente aposta na inovação de serviços, que serão contínuos e vão permanecer no topo das prioridades estratégicas das empresas", prevê José Barata.

O estudo, que analisa a evolução tecnológica e identifica as tendências com maior impacto nas organizações nos próximos 18 a 24 meses, antecipa entre as tendências que poderão criar oportunidades e desafios para o sector da Indústria, o "Renascimento do Core", "Confiança Zero: Nunca confiar, verificar sempre" e "Reinventar o local de trabalho digital".

A apresentação contou com a participação de representantes de grandes empresas como a Sonangol, Unitel e instituições bancárias. (J.A)++++

### **Trooper revela fundos para investir no país**

**A empresa sul-africana Trooper decidiu empregar 100 milhões de dólares em projectos agro-industriais em Cabinda, anunciou o director executivo da companhia em declarações à imprensa, ontem, naquela cidade, depois de um encontro com o governador provincial, Marcos Nhunga.**

John Kayira, que chegou ontem mesmo a Cabinda, onde permanece até sábado, acrescentou que a Trooper projecta investimentos na montagem de unidades de processamento de alimentos, assistência técnica a cooperativas agrícolas e energia solar.

A fonte revelou que a companhia também emprega parte desse capital na construção de habitações para efectivos das Forças Armadas e Polícia Nacional, mediante acordos de parceria com os Ministérios da Defesa e do Interior.

O investidor referiu que a Trooper vai também implantar negócios em todos os municípios da província de Cabinda. "Vamos potenciar Cabinda com produtos agrícolas, a fim de serem exportados para a República Democrática do Congo e o Congo Barazzaville", o que representa uma inversão dos fluxos de comércio com aqueles dois países.

A directora das Operações da Trooper, Veronica Shale, lembrou que a companhia tem uma bem-sucedida vocação africana, com operações em curso no Malawi e no Zimbabwe, exactamente nos sectores da Agricultura, energia solar, infra-

estruturas de processamento alimentar, os mesmos em que  
projecta apostar em Cabinda. (J.A)++++